



**REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_\_, de 2011**

Requeiro, nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-presidente e senador Itamar Augusto Cautiero Franco, ocorrido no último sábado, 2 de julho, na cidade de São Paulo, vítima de um Acidente Vascular Cerebral, bem como apresentação de condolências a suas filhas Fabiana Surerus Franco, Georgiana Surerus Franco, seus netos, sua irmã, a artista plástica Matilde Franco, seu irmão, o médico Augusto Franco, sua secretaria, Neusa de Assis Mitterhoff, o Governo do Estado de Minas Gerais e a Prefeitura de Juiz de Fora.

**JUSTIFICAÇÃO**

A Ética está de luto. Morreu nesse final de semana, aos 81 anos, o senador e ex-presidente da República, Itamar Augusto Cautiero Franco.

Itamar foi um político respeitado por aliados e opositores. Ele foi exemplo de político sério, honesto e responsável. Foi com seriedade, hombridade e honradez que exerceu seus mandatos políticos, sem privilegiar quem quer que fosse, por mais que privasse de sua intimidade. Também era polêmico, de temperamento forte; muitas vezes a imprensa o chamou de teimoso e birrento.



O Brasil deve muito a Itamar Franco. Ao assumir a presidência da República, o país atravessava uma enorme crise política, fruto do impeachment de Fernando Collor e, ao mesmo tempo, vivia um delicado momento econômico com a inflação acima de 3% ao dia.

A democracia brasileira retomava seus primeiros passos e Itamar, com um espírito público ímpar, convocou todos os presidentes dos partidos políticos existentes e perguntou-lhes se queriam que fosse convocada nova eleição já que restavam dois anos de mandato (1992-1994). Ficou em silêncio por alguns minutos e frente à concordância exposta pelo silêncio de todos, assumiu o cargo de presidente da República. Num momento de crise, Itamar Franco fez uma transição democrática sem turbulências.

Pai do Plano Real – que sofreu objeção do PT, mas faz-se necessário reconhecer – trouxe a estabilização de nossa moeda, depois de um longo período de alta inflação e de planos não bem sucedidos, o que propiciou também, até hoje, avanços na área social, o aumento da renda do trabalhador e a diminuição das desigualdades sociais entre os brasileiros. Itamar Franco foi “O fiador do Real”, como escreveu domingo, 3 de julho, o jornal O Estado de S. Paulo.

Com mão firme sustentou a equipe econômica que concebeu o Plano Real e o implementou, resgatando assim, a dignidade do país destroçado pela inflação galopante. Só quem viveu esse período de altíssima inflação, sabe o que significa chegar ao mercado pela manhã e comprar um quilo de arroz por um valor e, à tarde, o mesmo quilo do mesmo arroz estar custando muito mais. São coisas que não se consegue explicar para os jovens de hoje. Foi a firmeza de propósitos de Itamar que permitiu à



economia deslançar até atingirmos a posição que atualmente o Brasil desfruta no mundo.

Como representante do Estado de Minas Gerais no Senado Federal, Itamar teve participação exemplar e decisiva. Em 1978, o então presidente Ernesto Geisel, com base em levantamento da Eletrobrás, resolveu aumentar a produção de energia elétrica, tendo como matriz a fusão nuclear. Foi, então, negociado um acordo com a Alemanha, o qual foi encaminhado ao Congresso, prevendo a construção de oito usinas nucleares e a transferência tecnológica a partir da quarta. O acordo foi aprovado pelo Congresso.

Entretanto, pouco tempo depois, a revista alemã *Der Spiegel*, publicou uma série de matérias – que foram reproduzidas pela imprensa brasileira – trazendo acusações de desvio dos recursos liberados na construção da primeira das oito usinas acordadas. O líder do MDB, Paulo Brossard, requereu a instalação de uma CPI para investigar a “concepção” do acordo nuclear Brasil-Alemanha.

Em outubro de 1978, a CPI elegeu seu presidente, o senador Itamar Franco. Como era sua característica, Itamar conduziu a Comissão de Inquérito com firmeza e objetividade, conseguindo, àquela época, “rasgar o véu de mistério” que cercava o Acordo com a Alemanha.

De autoria de Itamar Franco, um engenheiro que se tornou político, a legislação que dispõe sobre a seleção de locais, a construção, o licenciamento, a operação, a fiscalização, os custos, a indenização, a responsabilidade civil e as garantias referentes aos depósitos de rejeitos radioativos.



Neste ano de 2011, Itamar Franco, mais uma vez, apresentou um projeto na área da energia nuclear, dispondo sobre a localização, no território nacional, de usinas que operam com reatores nucleares. Em homenagem a ele, será importante que o Presidente da CCJ, Senador Eunício de Oliveira, designe o relator do PLS 139/2011, para que se dê andamento ao debate e votação da matéria.

Itamar, um estudioso da área de energia, após extenso e dedicado trabalho, demonstrou ao Senado que o Brasil precisa examinar, com atenção, o problema nuclear. Em um de seus últimos pronunciamentos, ele lembrou a importância que tem o Congresso Nacional na autorização para instalação de usinas nucleares. Lembrou à presidenta Dilma Rousseff que iria exigir o cumprimento do art. 225, §6º, da Constituição que estabelece: “As usinas que operam com reator nuclear deverão ter suas localizações definidas em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas”.

Itamar, como presidente mudou o paradigma da política social brasileira. Concretizou grande parte da ordem social prevista na Constituição de 88, na saúde, na assistência social e na reforma agrária. Além disso, foi ele quem primeiro elegeu como prioridade o combate à fome e inaugurou a participação da sociedade civil de forma inédita e efetiva na gestão e formulação das políticas públicas.

A gestação do que veio depois, do que veio de melhor nas políticas sociais tanto com Fernando Henrique, com Lula e agora Dilma, deve-se ao breve e grande governo do Presidente Itamar.

Sinto-me feliz de ter contribuído para uma articulação, ainda em janeiro de 1993, junto com o Senador Pedro Simon, que possibilitou o



encontro de Lula e Itamar, encontro que foi a força-motriz da política de combate à fome, reunião na qual participei, no gabinete presidencial.

Lula entregou a Itamar um documento elaborado pelo Governo Paralelo do PT, sobre Segurança Alimentar, coordenado por José Graziano da Silva, atual Diretor-Geral da FAO, no qual já se definia um conjunto de diretrizes, de ações para uma política de segurança alimentar, inexistente no país, e onde já se previa a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar. Tal Conselho foi instalado em 13 de maio de 1993 com a presença de Dom Helder Câmara, numa histórica reunião em que todas as matizes políticas e vertentes ideológicas do governo e da sociedade se irmanaram para a erradicação da fome no Brasil.

O Conselho se estruturou com participação majoritária da sociedade civil – sendo que 21 membros foram indicados pelo Movimento da Ética na Política – e oito ministros, inclusive os da área econômica. Notáveis brasileiros lá estiveram, com autonomia, participação crítica e co-responsabilidade sob a presidência do Bispo de Caxias, Dom Mauro Morelli.

Em 24 de junho de 1993, o país se surpreende vendo, pela primeira vez, representantes da sociedade civil – Dom Mauro e Betinho – ocuparem a rede de rádio e TV para convocar a sociedade brasileira para o engajamento na Ação da Cidadania Contra a Fome a Miséria e pela Vida. Este Movimento, liderado pelo saudoso Betinho, que também integrava o CONSEA, tinha forte liderança na interlocução do governo com a sociedade e com o Congresso. No funeral nesta segunda-feira, em Belo Horizonte, relembrei destes episódios ao encontrar Dom Mauro Morelli, que hoje é Coordenador do Programa de Segurança Alimentar do Governo de Minas Gerais.



A aproximação do PT com o governo Itamar na implementação do combate à fome foi decisiva para um clima de paz e de harmonia num momento difícil, onde a governabilidade foi assegurada. Mais uma vez, o Presidente Itamar foi capaz de ouvir e aceitar sugestões, inclusive de seus opositores, consolidando de uma vez a democracia em nosso país.

Acompanhei o trabalho do CONSEA, integrei a Frente Parlamentar para o Combate a Fome, coordenada pelo Deputado Miro Teixeira. Tive a felicidade de, em junho de 1994, participar da 1ª Conferência de Segurança Alimentar que aprovou o Programa de Renda Mínima.

Itamar Franco terminou seu mandato com um grande índice de popularidade, prova disso foi seu bem-sucedido apoio a Fernando Henrique Cardoso na sucessão presidencial.

Foi um homem que nunca se dobrou frente ao poder para receber benefícios pessoais e particulares; pelo contrário, sempre se colocou soberanamente pelos interesses do Brasil.

Sala das Sessões,

**Senador Eduardo Matarazzo Suplicy**